



Perspectivas sobre o poder em um mundo em redefinição

Área Temática: Teoria das Relações Internacionais

RELIGIÃO E POLÍTICA NA TERRA DOS LIVRES

Nivaldo Inojosa de Farias¹
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

¹ Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública e Cooperação Internacional da UFPB, bolsista do programa CAPES.

Religião e Política na terra dos Livres

Resumo

Através da história, o Budismo Theravada, também conhecido como “Budismo dos Anciãos”, principal religião presente na Tailândia, teve um papel significativo no desenvolvimento das ideias políticas e das instituições governamentais tailandesas. A sua monarquia constitucional, desde 1932, foi fundamental para a manutenção da continuidade política, não obstante as frequentes crises de governo e os vários golpes de estado perpetrados pelos militares. Religião e política tiveram, amiúde, um relacionamento de interdependência: por um lado o Budismo se caracterizou como fonte de legitimação ao poder temporal e por outro o poder político se responsabilizou em apoiar e desenvolver a religião. Após a instituição da monarquia constitucional, o poder passou para as elites, primeiramente aos militares, mas também aos altos níveis burocráticos. Independentemente das características políticas dos governantes, o significado do Budismo para a nação se manteve quase inalterado. O monarca Bhumibol Adulyadej (Rama IX, 1946 – 2016) nos longos anos de seu reinado, teve um papel político não somente simbólico e com o apoio das classes dirigentes, recolocou a monarquia em um lugar central na vida da nação, restabelecendo assim a importância dos três pilares da identidade tailandesa: a Religião, o Monarca e a Nação. O apoio que o monarquismo e a comunidade budista concedem ao rei e aos regimes políticos no poder foi sempre acompanhado da proibição aos monges em intervir diretamente na vida política, especialmente no que concerne o envolvimento partidário e nos conflitos político-ideológicos. Neste ensaio falaremos da vida monástica budista e de seu relacionamento com o poder. Faremos uma análise da gênese do conceito de poder no cenário político tailandês, e discutiremos o sistema Césaropapista de governo incrementado depois da revolução de 1932, concentrando a atenção sobre a singular estrutura hierárquica do budismo tailandês desenhada observando a hierarquia da igreja católica e de modo especular à estrutura governamental.

Palavras-chave: religião, política, legitimação.

Religião e Poder: A visão Budista sobre a Monarquia

O Budismo prega uma vida calma e meditativa, a prática da compaixão por todos os seres vivos e a fuga do mundo (através da vida monástica) como o caminho para se atingir o Nirvana. Estes ensinamentos aparentemente seriam incompatíveis com a política. Foi o próprio Buda a estabelecer os primeiros laços com o poder através de acordos feitos com o rei Ajatasattu da dinastia Magadha no norte da Índia (Stuart-Fox, 2006). A própria organização da Sangha² é baseada, de acordo com muitos autores, nos princípios republicanos de Governo do clã dos Sakya do qual o jovem Siddhartha era o príncipe herdeiro.

Segundo Stuart-Fox (2006), historicamente, o budismo tem sido uma fonte de legitimação do poder político, especialmente do autoritarismo da monarquia absoluta. Com a lei Cármica³, os méritos adquiridos durante a vida se somam (assim como os deméritos) e se alguém acumula méritos suficientes tem a possibilidade de renascer em uma forma superior de vida. Buda seria então o resultado de várias vidas precedentes vividas sempre mais perfeitamente. Conta-se que quando nasceu, o pequeno Sidarta teria dito, entre outras coisas “...e não renascerei de novo!” Neste contexto em que o renascimento é determinado pelo Carma, o soberano e/ou qualquer detentor de poder, é considerado merecedor de respeito e, portanto, reconhecido, legitimado e digno de ser obedecido.

O monarca budista ideal é representado por uma das atribuições do Buda, o Chakravartin⁴. Segundo Eckel (2007), a tradição diz que o nascimento de Buda foi marcado por sinais e maravilhas. O pai pediu aos sábios da corte que interpretassem esses sinais. Os sábios viram em suas mãos e pés desenhos de roda e assim previram: “quando crescer essa criança se tornará um Chakravartin”: ou seja, um poderoso rei conquistador ou um grande mestre religioso. O pai, então, com medo de que se realizasse a segunda hipótese, o criou separado do mundo.

Ao crescer, o jovem Sidarta renuncia ao mundo com suas seduções e se isola de tudo em busca do caminho que o levará ao conhecimento da verdade última das coisas. Com a iluminação se torna um modelo para todos aqueles a quem ensina o caminho. Vencendo o mundo encontra a estrada que leva à extinção do sofrimento. Na luta contra o mal sai vitorioso e assim se concretiza a profecia, se torna um Chakravartin, vencedor do mundo,

² Sangha (Pali) ou Samgha (Sanskrito): O significado primário da palavra é “grupo, multidão, congregação ou comunidade de seres”. No budismo é o modo de descrever a comunidade monástica e a sua hierarquia.

³ As leis Cárnicas seriam mais ou menos equivalentes à lei de Newton, “para cada ação corresponde uma reação...” Significa que as ações realizadas em uma existência, se transmitem às outras.

⁴ **Chakravartin** (aquele que gira a roda). Um “governador universal”.

conquistador universal (Smith, 1991 e Tambiah, 1976) e ao mesmo tempo um grande mestre religioso.

Vale observar como essa experiência tenha se tornado o ponto de referência para o “agir político” dos monarcas e governantes budistas. Os reis, inspirados pelo Buda, se atribuíram nos séculos as prerrogativas do Soberano Universal, tornando-se assim divulgadores e guardiões da religião. Esse agir político leva à obtenção de benefícios recíprocos: os monarcas e governantes, garantindo a liberdade e também a sobrevivência material dos mosteiros e dos monges, recebem em troca a legitimação necessária para o exercício do poder.

O Dharmaraja ou Aquele que Guia Segundo a Lei Moral

O grande imperador Asoka, considerado o principal propagador do budismo na Índia e o difusor da tradição monástica budista, viveu no século III A.C., na Índia setentrional. Durante o seu reinado unificou a Índia. Ele é apresentado pela tradição budista como um soberano sábio e justo, o imperador ideal, protetor do budismo e organizador de sua expansão.

Asoka se comprometeu a governar seus súditos de acordo com os princípios de moralidade justiça e imparcialidade, protegendo todas as diferentes seitas e grupos religiosos, com profundo respeito por todas as diferentes tradições. O seu comportamento exemplar, a organização administrativa eficiente e a promoção da instrução moral dos súditos criaram as condições ideais para a difusão do budismo (Bloch, 1950 e Gorkhale, 1948 em Zago, 1985; 40).

Um dos pontos fortes de Asoka é que ele conseguiu traduzir o Dharma⁵ de modo acessível a todos, como parte da vida das pessoas e, nesse sentido, diferente do Dharma ensinado pelos monges. O Dharma assim interpretado e vivido tornou-se "uma conduta moral que é a base de uma sociedade bem ordenada" (Zago, 1985; 40).

Durante o seu reinado se verificaram conversões em massa. O budismo tornou-se mais acessível aos leigos e estes adquiriram sempre maior importância na comunidade. Consolidava-se assim, o universalismo das ideias de Buda. As comunidades monásticas permanecem de todo modo ao centro como forma perfeita de vida dos discípulos budistas. O rei se torna o protetor e amiúde fundador de mosteiros. Com uma vida exemplar e através da pregação do Dharma, os monges garantiam a aplicação da lei moral, ajudando a manter a estabilidade política do reino e, juntamente com os enviados do imperador, promoviam a expansão do budismo e ao mesmo tempo asseguravam a fidelidade dos súditos que viam no rei o pai e protetor da religião.

⁵ Dharma: pode-se traduzir simplesmente como os ensinamentos budistas.

Essa figura de *Dharmaraja* ou *Rei Justo* se tornou o protótipo dos monarcas budistas. A lei moral, o modo de governar e subjugar seus súditos. Os monges, em retorno, garantiam o reconhecimento monástico de sua legitimidade como governante (Eckel, 2007).

A Gênese do Discurso Político Tailandês

Segundo a tradição budista sobre a criação, a ordem social (as sociedades), se formou junto e como resultado da instituição da monarquia como um ato voluntário dos seres humanos. A última sessão do Aggannasutra⁶ descreve a formação das classes da sociedade. Depois do nascimento da monarquia, surgiram os Brâmanes para pregar e officiar as cerimônias; em seguida vieram os comerciantes e por fim os caçadores juntos com o povo, estes pertencentes aos últimos degraus sociais. A justificação para estas “fileiras” sociais é devida às suas especialidades de trabalho e não por causa de antecedentes familiares como é ao invés no hinduísmo. Em relação às classes e relações sociais, o rei é o mediador entre as desordens e ordens sociais. A monarquia se torna então a base para a ordem, a paz e o funcionamento da sociedade.

O último ponto importante na gênese budista da criação é aquele que concerne à relação entre a moral e a política, ou seja, entre o monge e o rei. Os sutras Páli confirmam que o monge é mais elevado (superior ao) do que o rei. Enquanto o rei é o mediador entre a ordem e a desordem sociais, “o monge é o mediador entre o lar os sem-teto, em um mundo dividido em blocos e um estado de libertação. O rei é a fonte de governo da sociedade, o monge pertence a esta sociedade e a transcende” (Tambiah, 1976;15).

Praticamente o conflito entre poder e Dharma sublinha a formação e o desenvolvimento da teoria política budista e, de consequência, tailandesa. Pode-se notar que os principais ingredientes da teoria política tradicional tailandesa, eram a integração e o equilíbrio entre a instituição monárquica e o Budismo Theravada. Esta visão particular tem sido fortemente revista desde o início da dinastia Chakri de Bangkok, começando com o rei Rama I (1782-1809) e culminando com o rei Chulalongkorn, ou Rama V (1868-1910). Sempre segundo o Aggannasutra, o nome do primeiro monarca budista era ‘Mahasammuti’ (em Páli Mahathammata), ou seja ‘o Grande Suposto’. Isso significa que originariamente o rei era um homem comum eleito pelo povo como o seu líder. Quando as primeiras ideias políticas budistas chegaram ao Sudeste Asiático (talvez entre os séculos IX-XIII) o conceito de monarquia na região sofreu importantes transformações. O principal ponto era a ideia por trás do próprio conceito de monarquia. Na concepção budista, o monarca devia ser dotado de méritos (*bun* em língua Thai) e carisma (*barami* em língua Thai), características

⁶ Um dos primeiros contos budistas (sutras) onde se encontra, por exemplo, a cosmologia budista.

indispensáveis para poder governar o povo. Neste sentido a assimilação da figura do Bodhisattwa⁷ na ideia política do Budismo Theravada foi um fator crucial. “Enquanto o Buda era reverenciado como o mestre compassivo, o Bodhisattva se tornou a base e legitimidade para o poder absoluto” (Suksamran,1982).

As ideias políticas budistas tailandesas se consolidaram e se completaram com a legitimação atribuída pelo Dharma ao poder. A noção do Dharmaraja ou “aquele que guia segundo a lei moral” (v.) presente no reino de Sukhothai deixou, enfim, o lugar à ideia do “conquistador universal” de Ayuthaya. Em seguida se tornou prática comum entre os monarcas budistas se identificar com o Chakravartin.

Segundo Baker, Chris e Phongpaichit (2005), com o final do reino de Ayuthaya e a ascensão do reino de Bangkok, a nova dinastia continuou a buscar a legitimação do poder na antiga tradição budista. Este discurso foi particularmente importante no início do reino de Rama I, o fundador da atual dinastia. Foi de fato no seu reinado que o Traiphun (escritos tailandeses sobre a cosmologia budista) foi atualizado e renomeado ‘Trailokwinichai’. Nesta nova versão, a seção que trata da origem do rei Bodhisattwa e do Chakravartin foi ampliada e reelaborada com mais detalhes do que a versão do período de Sukhothai. Nos primeiros reinos tailandeses, a fé budista frequentemente era transmitida através de contos e crônicas nos quais eram inseridos parte dos cânone presentes nas escrituras sagradas budistas. Entre as leituras preferidas, estavam aquelas relativas aos reis. Era um modo para garantir a legitimação do poder por parte deles. Também era uma prática comum adaptar os escritos existentes para satisfazer as exigências dos governantes da época.

No caso de Rama I era claro que ele tinha necessidade de uma teoria política que explicasse o seu legítimo direito em assumir a monarquia depois da execução do seu antecessor Taksin de Chonburi. É fato comum que novos regimes políticos procurem antes de tudo a legitimação de seu próprio poder para poder governar e no caso da Tailândia esta legitimação sempre se baseou nos princípios do Budismo Theravada.

A cosmologia budista tailandesa sobre as origens do rei, presente no ‘Traiphun’ e no ‘Trailokwinichai’ sublinha a relação direta entre o rei e o Bodhisattwa, afirmando que para poder ser rei, o indivíduo deve possuir um carisma (barami). A aplicação prática desta afirmação é que não é possível para uma pessoa ordinária se tornar rei, mas é necessário que ela possua uma qualidade especial de poder, isto é, um carisma.

O conceito de carisma que engloba a perfeição moral e a posse de virtudes necessárias para governar tem suas origens no Budismo Theravada e é um conceito-chave na visão tailandesa sobre o poder. Tal conceito deriva originariamente de uma tradição na qual um Bodhisattwa tenha feito um voto de acumular dez tipos de Barami (neste contexto, Barami

⁷ Um futuro Buda, ou um buda em transformação.

pode também ser interpretado como 'perfeição') de modo a adquirir um estado de perfeição moral e espiritual necessária para atingir a iluminação (Nirvana), e assim se tornar um Buda. As dez perfeições seriam: generosidade, conduta moral, renúncia, sabedoria, energia, paciência, honestidade, resolução, compaixão e equanimidade. Essa teoria das perfeições se encontra nos cânone Páli, mas é particularmente popular nos Jataka⁸, ou histórias de nascimentos das vidas precedentes do Buda (Boriharnwanaket, 2005). Os reis de Bangkok procuraram modelar si mesmos segundo a imagem do Bodhisattwa e, segundo Jory (2002) conscientemente usaram a história para promover a ideia que o carisma (barami) é inerente à linhagem real, combinando a genealogia do Buda com a da dinastia reinante.

As reformas estabelecidas pelo rei Phutthayotfa Chulalok também conhecido como Rama I, primeiro rei da dinastia Chakri⁹ (1782–1809), incluindo as novas revisões do Tripitaka¹⁰, a reescrita do Traiphun e a nova codificação da “Lei dos Três Selos”, teve o objetivo final de criar súditos leais e obedientes ao monarca. Isso foi feito espiritualmente através da ideologia budista dominante e fisicamente através da aplicação da lei.

As formações e transformações do discurso político de Bangkok nos reinados sucessivos levaram gradualmente à supremacia do Estado em relação à Sangha. Este é o motivo pelo qual para os reis Rama I e Rama IV (Rei Mongkut, 1851–1868) as reformas políticas foram também reformas religiosas. O monarca agora deve encarnar em si mesmo os méritos (bun) para poder ser reconhecido como líder legítimo. Daqui a teoria monárquica se torna a tese central da versão bangkokiana do Traiphun e Trailokwinichai, especialmente nos capítulos sobre o Chakravartin.

O Dharma do Chakravartin consiste nos cinco preceitos morais budistas, também chamados regras éticas de vida, que são comuns para todos os fieis, e nas dez virtudes reais. Os preceitos são: abster-se de matar qualquer ser vivo; abster-se de tomar a propriedade dos outros; evitar tocar a mulher de outro; abster-se de pronunciar mentiras e abster-se de beber bebidas intoxicantes. As virtudes são: dar esmolas (no contexto tailandês significa essencialmente esmolas aos monges, e/ou doações a mosteiros), moralidade, generosidade, honestidade, bondade, autocontrole, serenidade, bondade, tolerância e não obstrucionismo. (Ishii, 1986; 151).

Deve-se notar que a “dar esmolas” é a primeira virtude do rei. É a maneira mais preferida para adquirir os méritos necessários para o bem-estar pessoal e da comunidade. Isto implica que a instabilidade social e eventuais distúrbios na ordem pública do reino

⁸ Uma das nove divisões das escrituras budistas, composto por 550 histórias de vidas passadas de Buda e de seus discípulos.

⁹ Dinastia que reina até hoje

¹⁰ Os três cestos ou cestas que contêm os Cânone budistas

acontecem não só por causa da natureza cármica das pessoas, mas ainda mais porque o monarca não se ocupa com seu bem-estar ou com suas necessidades materiais.

A prática da mendicância dos monges é muito comum para os tailandeses. Neste sentido, podemos inferir que esse ato de caridade aos monges, (que consiste em prover todo o necessário para a sobrevivência) praticado pelo rei ou pelos detentores do poder é um dos atos mais políticos, porque de acordo com a crença enraizada na mentalidade das pessoas, este ato é a base do bem estar do Estado. Por este motivo, para a elite política tailandesa ser e agir segundo a moral, ou dito de outra maneira o ser e o agir religioso é ao mesmo tempo um ato político.

Sobre o Conceito de Poder

A palavra usada no idioma tailandês para descrever o poder absoluto do rei é 'ayasith' ou 'detkad amnaj'. Os adjetivos correspondentes a poder são vários: 'ayasithi', 'sitthikhat' e 'detkhat' e todos têm o mesmo significado, ou seja, que o poder do rei é absoluto. Isso significa também que ele (o rei) é o mais alto na escala social.

No reino de Ayutthaya o poder era absoluto e sagrado. A fonte deste poder absoluto não era especificada mas seguia simplesmente as crenças budistas tradicionais, isto é que o rei deve possuir tal poder para ser capaz de governar e punir aqueles que erram. As “Crônicas de Ayutthaya” assim descrevem o poder do rei Borommakot (1733-1758):

"O reino tornou-se grande por mérito do rei que é uma divindade. Ele pode abaixar ou elevar as pessoas segundo a própria vontade... se o rei disser NÃO a qualquer coisa, isso significa que não há absolutamente nada ou ninguém que possa contradizê-lo." (Nidhi Eowseewong, 2000)

Curiosamente, parece não haver nenhuma tentativa para identificar o poder do monarca com quaisquer outras responsabilidades do governo, mas apenas com o direito de aplicar o poder absoluto porque o poder é uma prerrogativa real.

O modelo deste monarca absoluto é o rei Mahasammuti, o primeiro rei budista. Segundo essa visão budista o rei é autorizado a usar a força para punir aqueles que agem contra a lei e a ordem.

Poder e Mérito

Para Aphonsuvan (2008) uma importante evolução no discurso político tailandês pré-moderno tem sido a introdução da ideia de mérito (bun) como parte das qualificações

necessárias para os governantes budistas. O Dharma sozinho já não era suficiente. À base da monarquia e do poder devia estar o carisma (barami) e o mérito (bun).

Teoricamente este discurso coloca a ênfase no poder-mérito, isto é, o poder baseado estritamente no mérito ou na retidão do monarca. Não se trata tanto de um poder temporal (mundano) ou real, mas mais importante é o efeito deste poder sobre a mandala do reino. Não é por causa do poder que o rei tem sucesso no seu governar. Pelo contrário, é graças aos seus méritos e à sua retidão que ele pode promover a prosperidade de seus súditos, na seguinte ordem: os monges, os brâmanes e todos os outros sujeitos de seu reino.

Outra implicação deste discurso político é que o poder monárquico permaneceu sempre nos círculos mais altos da sociedade tailandesa, entre os membros da família real e da alta nobreza. Pode-se concluir que a essência de tal política não é apenas o exercício do poder, mas na acumulação do poder visto que a própria natureza da política é em vista da unificação e concentração do poder através da pessoa do governante.

Socialmente essa ideia de poder-mérito exclui a maioria das pessoas do reinar. Sobretudo porque nessa ótica cármica as únicas pessoas qualificadas por ter acumulado mérito e carisma seja nas existências precedentes ou através da realização de grandes obras de beneficência (esmolas aos monges) na vida presente são aquelas que controlam e têm acesso às riquezas e ao poder do Estado. Como o grande mérito que alguém pode acumular está sempre ligado à riqueza na forma de caridade aos monges, as classes inferiores dificilmente serão capazes de chegar lá. A mobilidade social se torna, portanto, muito limitada. Não existindo assim outros meios sociais pelos quais as pessoas comuns podem subir a escada social, o poder manteve-se sempre dentro da elite. (Aphonsuvan, 2008).

Relação entre instituição monástica e instituição política

De acordo com as escrituras budistas, Buda, no final de sua vida, disse ao seu fiel discípulo Ananda que os monges depois dele deveriam ter uma única autoridade, o Dharma. Seu pensamento era que apenas sua doutrina estaria dirigindo a comunidade dos fiéis. Não estabeleceu, portanto, uma organização hierárquica, uma autoridade doutrinária e/ou política nem indicou um sucessor. No início, a única distinção entre os monges derivava do tempo de ordenação. Os monges mais velhos deviam ser dignos de respeito e ter um certo privilégio na etiqueta. Eles só podiam aconselhar e instruir. Escreve Raveri (1999):

A relação entre Sangha e poder político nunca foi fácil nem "one-way": ambos suspeitavam um do outro e ao mesmo tempo necessitavam um do outro. As relações foram legitimadas com a teoria da semelhança especular entre Buda e Chacravartin, o monarca universal. A generosidade do rei

servia a propagação do Dharma como a obediência dos monges legitimava o monarca e seu poder... Pelo fato da Sangha não ter alguma autoridade suprema com poder coercitivo, o monarca tornou-se o garante da disciplina, da codificação da doutrina, e o responsável em resolver os conflitos mais agudos.

Sempre houve uma tensão latente entre a Sangha e as autoridades do Estado. Os monges têm se encarregado dos problemas dos leigos tomando as defesas destes e dando voz às suas dificuldades e desentendimentos. Por isso as relações entre as expressões mais formais da religião budista e do poder temporal político nunca foram livres de problemáticas e até agora não o são.

A Sangha na Tailândia

Desde a formação dos primeiros reinos tailandeses, o Budismo Theravada é a forma predominante da religião na Tailândia. O Budismo na Tailândia reflete uma tradição complexa de crenças, nas quais, juntamente com a tradição canônica se encontram ao mesmo tempo as mais diversas práticas mágicas, crenças animistas e influências do hinduísmo. Existem evidências que demonstram que desde o início, a religião budista tailandesa se desenvolveu sob a proteção e patrocínio dos reis. Segundo um raro texto escrito pelo rei Ramkhamhaeng o Grande (1292) no período do reino de Sukhothai, o Supremo Patriarca era escolhido pelo rei com a tarefa de orientar e supervisionar a Sangha. Muitos homens da família real se tornavam monges por um período de tempo¹¹, o que conferia uma importância ainda maior à Sangha e garantia uma ligação mais forte entre Sangha e Monarquia. Desde então, a Sangha tem uma organização que caminha lado a lado com a administração civil.

Influência Cristã nas Reformas do Budismo Tailandês

Olhando para a organização da Sangha na Tailândia, encontramos muitas semelhanças com a organização hierárquica da Igreja Católica: no topo há o Patriarca Supremo, assistido por um conselho de idosos residentes em Bangkok, em seguida, há os chefes das regiões, províncias, municípios e vilas, e em seguida temos os monges e aspirantes. Isso nos faz lembrar da hierarquia católica liderada pelo papa, os cardeais da Cúria Romana, os bispos nas dioceses e, finalmente, todo o clero. Tendo em vista que a estrutura da Sangha tailandesa é única entre os países que professam o Budismo Theravada, nasce a pergunta

¹¹ Ainda hoje, é costume que todos os homens sejam ordenados monges pelo menos uma vez na vida. A ordenação muitas vezes coincide com um rito de passagem da juventude à idade adulta. As dinastias exploravam esta tradição para garantir o controle do Sangha.

como isso essa estrutura se desenvolveu? Durante esta pesquisa, especialmente na leitura dos autores tailandeses, mas não só, a ênfase era sempre colocada no espelhamento existente entre a Sangha (autoridade religiosa) e o estado (autoridade civil). Em seguida, encontrou-se um discurso proferido pelo Dr. Tavivat Puntarigivat (2004), durante a comemoração dos 200 anos do nascimento do rei Mongkut, onde quase “en passant” ele faz a seguinte declaração:

Tendo conhecido a estrutura hierárquica da Igreja Católica e do cristianismo, no Vaticano, em Roma, o Rei Mongkut, refletindo sobre a estrutura hierárquica da Sangha na sociedade Siamesa, mas sempre respeitando o contexto sociocultural local, decidiu iniciar um segundo programa de reforma, chamado reforma institucional do budismo tailandês.

Enquanto o rei se inspirava na estrutura da Igreja Católica e a usava como um modelo, talvez se possa afirmar igualmente que ele precisava que essa nova estrutura da Sangha também acompanhasse a estrutura administrativa do reino. Este modelo da Sangha tailandesa mesmo tendo sofrido alguma variação ao longo dos anos, ainda hoje é atual.

Os motivos dos reis Mongkut (1851-1868) e Chulalongkorn (1868-1910) em avançar reformas religiosas estavam ligados a um interesse genuíno para salvar e purificar o budismo e ao mesmo tempo para garantir e consolidar a unidade do reino. Aparentemente o Budismo, juntamente com a monarquia eram para eles, as únicas entidades capazes de operar esta unidade.

Ao implementar e ampliar as reformas iniciadas por seu pai, o Rei Chulalongkorn intencionava transformar o país em um estado moderno. Em 1902 o rei também sancionou as reformas religiosas com a implementação da primeira lei sobre a administração da ordem monástica tailandesa, o primeiro “Sangha Act”. Nesse processo de modernização da nação e da religião, além de seu conhecimento do Ocidente e do cristianismo o rei foi influenciado pela educação recebida de sua professora inglesa Anna Leonowens¹².

Observando a falta de uniformidade no clero budista, tanto do ponto de vista doutrinário como da organização estrutural, ele criou uma série de reformas, incluindo a promulgação da primeira Lei da Sangha, que estabelece uma nova estrutura hierárquica. Pode-se dizer que Chulalongkorn, seguindo a visão de seu pai, olhou para a hierarquia da Igreja Católica Romana como um modelo religioso e para satisfazer a necessidade de unificar sempre mais a nação começou a conceber um sistema religioso espelhado no sistema administrativo. Neste sistema, a monarquia continua a agir como patrono da religião e a religião é cada vez mais subjugada à autoridade governamental.

¹² Mestra vinda da Inglaterra a pedido do rei Mongkut para educar o príncipe herdeiro e outros membros da família real e da nobreza. Anna professava a fé anglicana e, segundo historiadores, exerceu muita influência sobre seus alunos especialmente príncipe Chulalongkorn e rei Mongkut.

Assim, por um lado, há continuidade com os sistemas de governo anteriores, onde o soberano é responsável por promover e apoiar a religião e a religião serve como instrumento de legitimação do poder, permanecendo, ao mesmo tempo, um dos principais parceiros na promoção e consolidação das políticas governamentais.

Os contatos entre a igreja católica e o reino do Sião têm uma longa tradição, mas por questões de espaço levaremos em consideração somente alguns fatos importantes referentes ao século IXX.

Quando o príncipe herdeiro Mongkut fazia a sua experiência como monge budista (1824-1835), conheceu o padre Jean Baptist Pallegoix, um jovem missionário francês, pároco de uma igreja ao lado do templo. Desse encontro nasce uma profunda amizade entre os dois, que se consolidará com o tempo até quando ambos se reencontram, um como rei, o outro como bispo da igreja católica.

Os dois se tornam bons amigos e nasce entre eles um amplo intercâmbio de ideias, se encontrando frequentemente para longas discussões amigáveis e intelectuais. Padre Pallegoix estava preparando seu dicionário da língua tailandesa e o príncipe o ajudou em sua tarefa, além de ensinar-lhe os fundamentos da língua Pali. O pároco em troca ensinava ao príncipe o latim e o introduziu na leitura da Bíblia e de outros textos cristãos. Esse foi segundo Abbot Low Moffat (1961) o primeiro contato importante que Mongkut teve com o pensamento e a cultura ocidental. Foi graças à estreita relação de amizade entre estas duas personalidades que as relações entre Siam e o Vaticano aumentaram culminando em primeiro lugar com uma troca de cartas entre o rei e o papa, e depois com a visita de dignitários Thai ao Vaticano, fatos esses que abriram caminho para as visitas do sucessor de Mongkut, rei Chulalongkorn ao papa Leão XIII.

É opinião compartilhada por alguns estudiosos, entre eles Bressan e Puntarigivat, que o conhecimento do catolicismo primeiro através de Mons. Pallegoix, em seguida, através da troca de cartas e visitas pelos enviados oficiais do rei para o Vaticano teria influenciado as reformas posteriores da religião e da hierarquia budista tailandesa. Fato que pode ser confirmado observando o conteúdo de cartas entre os monarcas e o papa e também em alguns discursos dos reis¹³ (Launay, 1896; Abbot Low Moffat, 1961; Bressan, 1998; Bunarunraksa, 2007)

Com as suas reformas Mongkut ligou ainda mais a Sangha à monarquia absoluta. Criou alguns programas chamados “missionários” onde os protagonistas principais eram os monges, como instrumentos para unificar o reino e legitimar o governo central de Bangkok. Ao mesmo tempo enfraqueceu progressivamente a influência das formas regionais de religião popular assim como o poder de chefes políticos da periferia. O papel de legitimação

¹³ Archives des Missions Etrangères, Paris. V. 893, P :1863, f.481r-v. E Arquivos Secretos do Vaticano

da Sangha no confronto do reino foi se consolidando enquanto Bangkok estendia o controle às regiões periféricas com a ajuda dos monges itinerantes, enviados em missão para estabelecer relações com os súditos nas áreas mais longínquas.

A ligação organizativa entre Sangha e governo se torna assim uma indicação de sua tradicional interdependência. Alguns detalhes dessa ligação mudaram com o tempo, mas a essência permanece mais ou menos igual até os dias atuais.

Durante o período de modernização do reino de Sião, que se passou a chamar Tailândia, o conceito dos três pilares que fundamentam a identidade nacional, a Religião, o Rei e a Nação, foi incrementado formalizando assim de modo ainda mais claro a conexão entre Estado e Religião. Estas três instituições estão representadas nas cores da bandeira nacional: o vermelho simboliza a Nação, o branco a religião e o azul a Monarquia.

No ano de 1932, a monarquia se tornou constitucional e o poder passou as elites, primariamente aos militares, e sucessivamente também aos altos níveis da burocracia.

Independentemente da complexidade dos indivíduos no poder, dos quais a maioria tinha amiúde orientações políticas de direita, a importância e significado do Budismo se mantiveram quase inalterados.

Os regulamentos legais de monitoramento da religião, as Leis Sangha foram aprovados respectivamente em 1902, 1941 e 1962. As reformas na administração da Sangha nascem da necessidade de integração nacional e unificação da própria comunidade dos monges, da necessidade de harmonia entre a Sangha e a administração civil e também como tentativa de purificar a Sangha.. As leis refletem a noção tradicional de que o progresso da nação e do Budismo estavam interconectados, como escrito no preâmbulo da primeira lei:

Through the Royal Commando of His Majesty Kink Chulalongkorn it is now proclaimed that Whereas the amendment of the law and the reformation of the administrative system of the State have brought about manifold developments and outstanding progress to the country, *It is obvious that the religious affairs of the Buddhist Church are also of no less importance to the development and prosperity both of Buddhism and of the country...*(itálico nosso)

A lei de 1902 foi desenhada para criar uma hierarquia budista nacional e unificada, pela primeira vez na história tailandesa, e ao mesmo tempo tinha o objetivo de controlar as decisões dos escalões inferiores (Suksamran,1982).

As duas leis seguintes tinham um escopo mais estreitamente político de trazer a Sangha formalmente cada vez mais sob o controle do novo governo. Cada vez que uma nova lei era decretada tinha primariamente duas funções políticas: a primeira servia de instrumento que permitia aos chefes do governo usar a Sangha para promover a política nacional do

momento e a segunda permitia à autoridade política exercer o controle sobre o clero. A lei dava à autoridade o poder e a justificação legislativa para o seu exercício.

A lei de 1941 sancionava uma estrutura descentralizada em paridade a monarquia institucionalizada e democrática operante naquele momento; enquanto aquela de 1962 reintroduzia uma estrutura piramidal em sintonia com o governo autocrático do Field Marshall Sarit Thanarat.

Existem várias interpretações sobre a função das Leis Sangha na história da Tailândia. Muitas vezes, elas são estudadas no que diz respeito à relação entre budismo e política. Segundo Peter Jackson (1977):

(...) Essas leis impostas pelo Estado estabeleceram que a organização nacional dos monges devesse ter uma estrutura que espelhasse as estruturas atualizadas do poder secular – da monarquia absoluta, à democracia popular e ao sucessivo regime militar totalitário. Em todo esse arco de tempo o controle estatal sobre as organizações clericais foi monitorado de perto por um braço da burocracia secular, o Departamento para Assuntos religiosos, aparato burocrático do Ministério da Educação.

A legitimidade dada pela Sangha ao rei e a qualquer regime político em exercício sempre foi ligada à proibição aos monges em intervir diretamente na política, especialmente em conflitos partidários e ideológicos.

No final dos anos oitenta do século vinte, o monarca se reconfirmou como importante símbolo para a nação restabelecendo assim a importância dos três pilares da identidade tailandesa: a Religião, o Monarca e a Nação. O monarca Bhumibol Adulyadej (Rama IX, 1946 – 2016) nos longos anos de seu reinado, teve um papel político não somente simbólico e com o apoio das classes dirigentes, recolocou a monarquia em um lugar central na vida da nação.

Considerações finais

No início deste estudo partiu-se da observação (feita através de conhecimentos adquiridos durante os anos passados na Tailândia) de que a organização hierárquica do Budismo tailandês tinha sido concebida seguindo o modelo da hierarquia da Igreja Católica Romana. Em seguida, as explicações encontradas seja na literatura tailandesa como naquela estrangeira pareciam caminhar em outras direções, pois não se encontravam nelas vestígios dessa suposta influência. Prosseguindo as pesquisas na Tailândia, foram encontradas várias outras fontes literárias nas quais estavam presentes evidências que confirmavam a intuição original. Concluiu-se então que essas diferentes evidências não estavam em contradição entre elas. Pode-se dizer que a estrutura hierárquica da Sangha, modelando-se

na estrutura Católica, foi também desenhada de modo a espelhar a estrutura dos vários governos seculares e serviu ao poder tanto como fonte de legitimação como no intuito de divulgar e implementar a própria política, segundo os tipos de governo em ato.

O ato militar que transformou a forma do governo tailandês de Monarquia Absoluta a Monarquia Constitucional foi instituído por um grupo de oficiais formados no exterior (ocidente) e influenciados pelo iluminismo e socialismo. Além disso, ao desenhar o novo cenário político, os reformadores se inspiraram aos modelos de governo Césaro-papistas, onde Estado e Religião estão estreitamente ligados e a Religião está sob o controle e a guia do Estado. Segundo o Prof. Dr. Kirti Bunchua, um estudioso tailandês entrevistado durante as pesquisas, os reformadores não professavam nenhum credo religioso, e por isso as reformas religiosas operadas por eles tinham o único motivo de legitimar as próprias ideias políticas, usando a instituição da Sangha com escopos puramente políticos, sem se importar com os interesses da religião.

Um ulterior ato militar progressivamente restaurou a dignidade da monarquia e, graças as capacidades carismáticas do penúltimo monarca, a monarquia voltou a ter um papale central na política e na vida da nação.

Agora que aquele monarca morreu o futuro é cheio de incógnitas e, de acordo com especialistas, isso poderia marcar o declínio da monarquia na Tailândia. Mas isto no momento é somente um ponto de interrogação.

Enquanto isso se percebe certo enfraquecimento da vida religiosa, especialmente no que diz respeito à sua estrutura hierárquica, a Sangha, e se sente a necessidade de novas reformas. Neste sentido, a última metade do século passado viu nascer e desenvolver novas efervescências religiosas que visam trazer o budismo à sua pureza original.

Segundo muitos, a estrutura piramidal e centralizadora da Sangha não responde mais às necessidades dos fiéis, dos monges e até mesmo à necessidade de uma revisão da democracia, se essa deve que continuar sendo o sistema político escolhido para a nação. Se existirão ou não outras futuras reformas, novas leis da Sangha, ou se as presentes leis devam ser modificadas de modo a tornar a hierarquia mais livre do controle do governo, resta outro ponto de interrogação e uma pista para futuras pesquisas.

Depois de mais de dois mil e quinhentos anos, o Budismo continua a influenciar as vidas de milhões de pessoas e, no caso da Tailândia é ainda uma importante fonte de identidade cultural do povo. Mesmo sendo a principal religião praticada pela maioria absoluta dos tailandeses, o Budismo não é constitucionalmente Religião de Estado (ainda que em muitos aspectos, essa seja de facto).

De acordo com as últimas constituições, todas as religiões devidamente registradas no Departamento da Religião, têm os mesmos direitos e estão todas sob a proteção do Estado.

Mas ao mesmo tempo, como observado pelo Prof. Dr. Duncan McCargo (2008), em uma conferência sobre religião e Democracia na Tailândia, “O Budismo na Tailândia permanece altamente centralizado e profundamente subjugado às necessidades do Estado e por isso, recentemente está nascendo uma nova onda de nacionalismo”. McCargo se referia às manifestações ocorridas em 2007, enquanto se preparava a nova constituição. Naquela ocasião um grande grupo de monges, alguns dos quais membros da Sangha, juntamente com seus seguidores, fizeram manifestações públicas exigindo que o Budismo fosse declarado religião de Estado na nova constituição, coisa que de fato não aconteceu. Mas assim mesmo, no projeto final da Constituição, um acordo foi alcançado e o budismo recebeu prioridade sobre outras religiões, na forma de doações em dinheiro disponíveis no orçamento do governo “para o sustento e desenvolvimento da religião” (Bangkok Post, 2007).

A política na Tailândia tem os seus símbolos dos quais o mais significativo restava, até o momento dessa pesquisa, o rei. A política tem também o seu calendário, os seus mártires e heróis. A principal data comemorativa era ainda o aniversário do monarca Bhumibol Abdulayedej, que foi uma pessoa carismática e extremamente amada pelos seus súditos.

Por ocasião de seu aniversário no dia cinco de dezembro, a cidade de Bangkok era festivamente decorada com enormes fotografias do rei e da família real espalhadas em todos os cantos. Milhares de luzes coloridas à noite davam à cidade uma majestosa aura. Verdadeiros altares eram construídos, com no centro uma foto do rei, onde as pessoas iam para pagar seus respeitos e para depositar guirlandas de flores perfumadas. Durante as celebrações parecia que a diversidade e problemas desapareciam como que por magia, como se a nação de repente se tornasse um só coração.

O monaquismo budista tailandês com os seus trezentos mil monges permanece um componente fundamental na vida religiosa e civil da nação. O desafio maior para a realidade monástica nesse momento da história parece ser a qualidade da vida religiosa, especialmente no que concerne os monges. O Reverendo Monge Dr. Bunchuay, entrevistado na Universidade Budista de Chiang Mai, no norte da Tailândia, dizia: “Devemos ter por objetivo melhorar a qualidade das práticas religiosas dos monges se queremos preservar e desenvolver a fé budista neste país e, a fim de enfrentar os grandes desafios apresentados pelo secularismo”.

Do ponto de vista político religioso, como dizia o Prof. Chainaron Monthienvichienchai, Presidente da Saint John's University Bangkok, também entrevistado durante essa pesquisa, vai ser interessante observar o que acontecerá agora que rei Bhumibhol se foi. Talvez se possa prever um período de dificuldade para a nação, visto que o novo monarca não é muito amado pela população. Será necessário monitorar a ação das principais

religiões presentes para ver se terão algum papel em manter a nação unida. Não é claro se exista outra força ou instituição capaz de operar isto. Podemos compartilhar este ponto de vista. A nossa opinião é que as religiões, quando praticadas de forma consistente, têm o poder inerente para promover a paz entre as pessoas.

O elemento religioso que foi em nossa opinião, muitas vezes subestimado e incompreendido em sua importância na história moderna e pós-moderna, continua a ser um dos principais fatores capazes de garantir a harmonia da sociedade humana.

Referências

Abbot Low Moffat. **Mongkut the King of Siam**. Cornell University, New York, 1961.

Baker, Chris and Phongpaichit P. **A History of Thailand**. Cambridge University Press, 2005.

Boriharnwanaket Sujin. **A Survey of Paramatha Dhammas**, translated by Nina van Gorkom. Published by Dhamma Study and Support Foundation, Bangkok, 2005.

Bressan, L. **King Chulalongkorn and Pope Leo XIII**. Assumption Printing Press, Bangkok, 1998.

Bressan, L. e Smithies M. **Thai-Vatican Relations in the Twentieth Century**. Published for the Apostolic Nunciature in Bangkok, Bangkok, 2006.

Bunaranraksa, S.S. **Monseigneur Jean Baptist Pallegoix (1805-1862) Imprimeur et Ecrivain**. Assumption Printing Press, Bangkok, 2007.

Donald K. S. **Centre and Periphery: Buddhism and Politics in Modern Thailand**. Ed. Ian Harris, London, 1999.

Eckel, M.D. **Understanding Buddhism**. Duncan Baird Publishers 2003. Tradução italiana de Albe Pini, "Capire il Buddismo", Feltrinelli, 2007.

Eowseewong, Nidhi. **The Bangkok History in Ayutthaya Chronicles**. Matichon Press Bangkok, 2000.

Filippani-Ronconi P., a cura di. **La via per la saggezza**. Newton Compton Editori, II ed. 2003

Ishii Y. **Sangha, State and Society. Thai Buddhism in History**. University of Hawaii Press, Honolulu, 1986.

Jackson P.A. **Buddhism, Legitimation and Conflict. The political Functions of Urban Thai Buddhism**. Institute of Southeast Asian Studies, Kin Keong Printing, Singapore, 1989.

Jackson P.A. **Withering Centre, Flourishing Margin, in Political Change in Thailand: Democracy and Participation**. Kevin Hewison, London, 1997.

Jory, P. **The Vessantara Jataka, Barami and the Boddhisatta-Kings: The Origin and Spread of a Thai Concept of Power**. Crossroads 2002.

Keyes, C.F. **Buddhist Kingdom as Modern Nation-State**. Editions Duang Kamol, Bangkok, 1989.

Landon, M. **Anna and the King of Siam**. New York, 1944.

Launay A. **Siam et les Missionnaires Français**. Paris, 1896.

McCargo, D. **Buddhist Democracy on Trial: Thailand's Southern Conflict**, in Religion and Democracy in Thailand, Konrad Adenauer Stiftung e. V., Bangkok 2008.

Pallegoix, J.B. **Mémoire sur la Mission de Siam**. Beaune Blondeau-Dejussieu, Paris, 1853.

Raveri M. **Le vie di liberazione e di immortalità: India e Estremo Oriente**. Buddismo, In VVAA Manuale di Storia delle Religioni, Laterza, II edizione 1999

Rev. Phra Rajaramuni. **Tradition and Change in Thai Buddhism**. Bulletin for the Center for Studies of World Religion, Harvard University, 1981

Sathienpong Wannapok,. **The Buddha's words in the Dhammapada**. A translation by Loka-vagga, Thammasapa Editors, Bangkok, 1978

Smith, H. **The World's Religions**, (Rev. and updated ed. of: "The Religion of Men". 1958), Harper Collins, 1991

Stuart-Fox M. **Buddhism and Politics in Laos, Cambodia, Myanmar and Thailand**. Paper presented at the Cambodian, Laos, Myanmar and Thailand Summer School, Asia Pacific Week, 2006

Suksamran, Somboon. **Buddhism and Politics in Thailand**. Institute of Southeast Asian Studies, Singapore, 1982.

Suksamran, Somboon. **Political Buddhism in Southeast Asia, The Role of the Sangha in the Modernization of Thailand**. C. Hurst & Company, London, 1977.

Suksamran, Somboon. **Buddhism and Political Legitimacy**. Chulalongkorn University Printing House, Bangkok, 1993.

Tambiah, S.J. **World Conqueror, World Renouncer**. Cambridge University Press, Cambridge, 1976.

Tambiah, S.J. **Sangha and Polity in Modern Thailand**, in Bardwell L. Smith, ed. Religion and Legitimation of Power in Thailand, Laos and Burma, Anima Books, Chambersburg, 1978.

Tambiah, S. J. **The Ideology of Merit and the Social Correlates of Buddhism in a Thai Village**. Cambridge University Press, 1968

Zago M. **Buddhismo e Cristianesimo in Dialogo, Situazioni, Rapporti, Convergenze**. Citta Nuova, Roma, 1985.

JORNAIS

Bangkok Post, December 21, 1998: Sanitsuda Ekachai, *Keeping the Faith..*

Business Organization of the Teacher's Council of Thailand. Bangkok 1962, N. 24: *King Chulalongkorn, Personal Letters on the Visit to Europe 1897 to the Queen Regent* (in Thai)

Bulletin for the Center for Studies of World Religion, Harvard University 1981: Rev. Phra Rajaramuni, *Tradition and Change in Thai Buddhism*.

Far Eastern Economic Review, June 2009: *Populism Erodes Thailand's Old Order*

The Economist, December 18th 2008: *New face, old anger*

The Economist, April 16th 2009: *The trouble with the King and Dousing the flames*

Puntarigvivat, Tavivat. *200 Years After King Mongkut's Birth: A Review of Reform Movements in Thai Buddhism*, Bangkok, 2004